



Paidéia

ISSN: 0103-863X

paideia@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Euler Torres, Maria Carmen; Rabello de Castro, Lucia
Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico
Paidéia, vol. 19, núm. 42, enero-abril, 2009, pp. 87-96
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305423764011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico¹

Maria Carmen Euler Torres²

Lucia Rabello de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Resumo: Parte-se da constatação de que crianças e adultos carecem de referências nas formas de lidarem uns com os outros, crise que vem sendo justamente denunciada pela juventude por meio de atitudes de enfrentamento aos adultos. Ao retomar-se o percurso histórico da autoridade, percebe-se que ela não se liga a apenas um significado, mas toma contornos diferenciados. Este artigo objetiva discutir relações entre autoridade e hierarquia, autoridade e poder, autoridade e fundação, que ajudam a compreender que aquilo que se mostrava como “verdade” não dá conta das vicissitudes das relações humanas atuais, apontando para outras construções possíveis do sentido da autoridade.

Palavras-chave: autoridade, história, relações entre gerações.

Recovering and updating senses of authority: a historical trajectory

Abstract: Study based on the evidence that children and adults lack references on how they deal with each other, which has been shown by the young generation through confronting attitudes toward adults. When the historical route of authority is considered, one perceives it is not tied to one meaning only but takes different contours. This article aims to discuss the relations between authority and hierarchy, authority and power, and authority and foundation, which help to understand that what used to be shown as “the truth” does not give account of the imperfections of current human relationships, pointing to other possible constructions of the authority sense.

Keywords: authority, history, intergenerational relations.

Rescatando y actualizando los sentidos de autoridad: un recorrido histórico

Resumen: Es la conclusión de que del presupuesto de que niños y adultos carecen de referencias en las formas de lidar unos con los otros, esta crisis es denunciada por la juventud a través de actitudes de enfrentamiento a los adultos. Al hacer el recorrido histórico de la autoridad se percibe que ella no se pega a solamente a un significado, más adquirí contornos diferenciados. Este artículo objetiva discutir las relaciones entre el sentido de autoridad y jerarquía, autoridad y poder, autoridad y fundación, que ayudan a comprender que lo que se mostraba como “verdad” ya no más da cuenta ni siquiera abarca las vicisitudes de las relaciones humanas de los días actuales, donde pode-se apuntar construcciones posibles del sentido de autoridad.

Palabras clave: autoridad, historia, relaciones entre generaciones.

Este artigo objetiva buscar na história as diferentes manifestações sobre a noção de autoridade e discutir sua crise nas relações intergeracionais no mundo contemporâneo, que se traduz na fragilidade de referências normativas nas relações entre adultos e crianças, quando atitudes de desrespeito e descaso são reiteradamente mencionadas em falas de professores e pais, assim como também das próprias crianças. O momento atual nos deixa perplexos e desorientados, quando se costuma, então, invocar nostálgicamente o que pôde ser útil no passado como recurso defensivo para se confrontar com as exigências do presente.

Na tentativa de compreender as mudanças que se impõem nos dias atuais, propomos um percurso histórico a fim de resgatar e atualizar os diferentes sentidos da noção de autoridade. Em outros momentos, as relações entre os mais velhos e os mais jovens também propuseram desafios que para nós se tornam importante desvelar: a noção de autoridade revisitada na e pela história tem o objetivo de nos ajudar a

responder aos dilemas que a cada momento se apresentam.

Iniciamos com alguns significados da palavra autoridade, para em seguida nos determos na relação entre autoridade e hierarquia e suas formas de expressão. Vemos como autores clássicos acreditavam que autoridade e hierarquia eram inerentes às relações entre gerações (crianças/jovens e adultos) como forma de ordenar a sociedade assegurando a convivência entre os diferentes.

Em Foucault (1979/2000), vemos como se estabelece de forma mais contundente a relação entre autoridade e poder, quando a primeira aparece no âmbito do processo de produção de saberes e verdades. Apesar de não focalizar especificamente a questão da autoridade, Foucault a determina como coadjuvante ao poder, exercido no processo de criação de relações de força que produzem saberes, “coisas” e discursos.

Finalmente, colocamos em questão a noção de autoridade relacionada ao conceito de fundação, quando trazemos essa idéia ligada ao mito de uma origem. Se a idéia de origem pôde garantir a permanência e estabilidade de valores e sentidos para determinado período da história, hoje, essa garantia não mais se mantém. Contudo, em um mundo “sem garantias”, as questões de como podemos fazer respeitar a lei, obter justiça, preservar o mundo que herdamos, apontam para outras formas de autoridade que precisamos inventar.

A crise da autoridade no mundo contemporâneo merece destaque na discussão das relações intergeracionais e na

1 Apoio: CAPES. Este artigo é derivado da tese de doutorado submetida ao exame de qualificação da primeira autora e vinculado ao NIPIAC (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa da Infância e Adolescência Contemporâneas) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2 Endereço para correspondência:

Maria Carmen Euler Torres. Rua 36, quadra 74, no. 4. Condomínio Colina Azul, Maravista/Itaipu. Niterói-RJ, Brasil. CEP 24342-330.
E-mail: meuler@uol.com.br

produção das subjetividades, uma vez que somos chamados a rever a posição *natural* de autoridade do adulto e sua superioridade em relação à juventude. É possível encontrar em produções teóricas recentes, estudos que versam sobre as relações entre gerações na contemporaneidade e a possibilidade de maior participação da juventude (crianças e jovens) na construção da cultura. Pires e Branco (2007), por exemplo, discutem os possíveis arranjos em relação à partilha de responsabilidades, compromissos e desempenho de tarefas entre crianças e adultos, baseados no conceito de protagonismo infantil, apontam para possibilidades de maior participação das crianças na sociedade. Pretendemos com este trabalho vislumbrar caminhos para uma melhor interlocução de jovens e crianças com os mais velhos, outros sentidos possam, talvez, emergir no processo de construção da cultura.

Breve percurso histórico da autoridade

Acreditando que é na e pela história que os objetos se constituem, faz-se necessário construir um percurso não linear que busque maneiras de entender como a autoridade foi exercida ou como tem se manifestado, respondendo aos dilemas de cada momento histórico. Para isso, utilizamos o conceito de genealogia nas obras de Nietzsche (1887/2007) e Foucault (1979/2000), a fim de pensarmos a história como constituidora de sentidos diversos para a autoridade. Genealogia, para esses autores, seria uma tentativa de superação da metafísica por meio de uma história descontínua e de uma reflexão filosófica que amplia a noção de história. Seu objetivo geral é fazer uma análise do presente através da constituição de nossos saberes e formas de comportamento.

A genealogia também estabelece relações entre os saberes, procura o *entre* e não o *em si*. Segundo Foucault (1979/2000), a genealogia rompe com a idéia de progresso e de continuidade da história, e propõe que tudo é produção. A história não seria linear seguindo uma sequência e cronologia a partir de uma origem ou de causas, mas sim, entendida em suas rupturas: uma história onde os acontecimentos são vistos como raros, descontínuos e descolados de uma causa primeira e única, cuja marca é o processo e que traz possibilidades, ainda que não certezas. Mas, voltemo-nos agora para alguns dos significados ou empregos do termo autoridade:

Autoridade: (do latim *auctoritate*) 1. direito ou poder de se fazer obedecer; de dar ordens, de tomar decisões, de agir, etc. 2. Aquele que tem tal direito ou poder. 3. Os órgãos do poder público. 4. Aquele que tem por encargo fazer respeitar as leis; representante do poder público 5. Poder atribuído a alguém, domínio: autoridade paterna. 6. Influência, prestígio, crédito. 7. Indivíduo de competência indiscutível em determinado assunto: “F. é uma autoridade em física nuclear”. 8. Permissão, autorização. (Ferreira, 1999, p. 236)

Diante das oito definições do dicionário para a palavra

autoridade, podemos dizer que ela se refere, de forma geral, a um lugar ocupado por alguém que tem a possibilidade de fazer-se obedecer, ou, ao menos, respeitar. O ocupante do lugar de autoridade seria investido de certo poder ou influência, diferente de outras pessoas, que o incumbiria de guardar as regras de um grupo, fazer valer seu cumprimento e ser reconhecido por ter um saber diferenciado.

Esse investimento de poder poderia advir da possibilidade de exercer o domínio sobre alguém a partir de uma posição pré-estabelecida de autoridade (ex.: autoridade paterna; representante do governo, dentre outras), ou de estar em lugar diferenciado por seus conhecimentos específicos sobre determinado assunto (ex.: um especialista em física). No primeiro caso, a autoridade estaria estreitamente ligada à noção de hierarquia, a partir da qual existe uma diferenciação entre os sujeitos que é evidenciada, *a priori*, num eixo de verticalidade. Ou seja, o fato de ser pai, ou representante de um governo, coloca-o numa posição superior, o que significa mais força, mais poder e mais conhecimento atribuído.

O que queremos refletir é o porquê de, nos dias atuais onde a hierarquia parecia certa – entre pais e filhos, professores e alunos, principalmente – a autoridade estar desaparecendo.

Platão (2006) e Aristóteles (2004) ao se referirem à autoridade, ligavam-na às relações hierárquicas no âmbito privado (pais e filhos, maridos e esposas, chefes de família e escravos). A autoridade se configurava como algo natural – como se algumas pessoas nascessem destinadas a mandar e outras a obedecer. Nesses casos, essa posição assegurava a ordem social em que alguns já estavam, desde sempre, impossibilitados de disputar as posições de mando e controle. Na sua obra *A Política*, Aristóteles deixa isso claro, quando afirma que:

Há, por ação da natureza e para a manutenção das espécies, um ser que manda e outro que obedece. Pois aquele que tem inteligência capaz de prever tem, de modo natural, autoridade e poder de chefe; aquele que não tem senão a força física para executar deve, obrigatoriamente, obedecer e servir. (Aristóteles, 2004, p.12)

Também se refere à questão da idade para garantir a autoridade de uns sobre os outros, sendo no âmbito familiar que ele busca tal exemplo. “Efetivamente, uma casa é administrada pelo componente mais velho da família, que exerce uma espécie de poder real” (Aristóteles, 2004, p.13). A idade, que significa ascendência, confere ao mais velho o poder de mandar. A autoridade do homem na família é bastante enfatizada por ele quando aponta para seu papel de “governante do lar”. Segundo Aristóteles, a família é uma economia gerida pelo homem-senhor, que teria a função de organizar o espaço da casa, como um governante organiza sua cidade. Os escravos seriam os primeiros subordinados, a submissão das esposas garantiria a autoridade do marido e, por fim, seu

lugar de controle sobre os filhos também estaria estabelecido. A autoridade do homem sobre todos se sustenta sobre sua inteligência e entendimentos superiores e na experiência que a idade lhe confere.

Existe a autoridade do senhor: parte desta autoridade referente às coisas necessárias à existência não requer que o que manda saiba consegui-las por si, mas saiba, sobretudo, fazer uso delas. O restante é servil. (...) Não é necessário, portanto, que o homem de bem, homem de Estado ou o bom cidadão aprenda tais espécies de labor (atividades domésticas) que apenas são convenientes àqueles destinados a obedecer. (Aristóteles, 2004, p. 84)

A autoridade do senhor tinha o objetivo de visar os interesses de todos, pois, tanto quem mandava como quem obedecia, favoreciam-se da mesma maneira. A hierarquia era uma forma de organizar o espaço privado e de promover o bem-estar de todos. Na concepção aristotélica, a autoridade e a obediência constituíam-se como úteis para que a vida humana pudesse ter continuidade em perfeita harmonia. “Alguns seres quando nascem estão destinados a obedecer; outros a mandar (...). A alma governa o corpo, como o servo o amo. O entendimento dirige o instinto, como um juiz, os cidadãos e um soberano, os seus súditos” (Aristóteles, 2004, p. 17).

Embora tenha discorrido enfaticamente sobre o papel de autoridade do homem no espaço privado do lar, Aristóteles também buscou discutir a questão da autoridade no espaço público quando definiu o conceito de cidadão. Esse deveria ter participação nos assuntos do governo e, por meio da autoridade constituída, poderia fazer parte das deliberações sobre os assuntos de interesse da cidade. Entretanto, mesmo existindo aqueles destinados a mandar e outros a obedecer, um bom cidadão deveria saber fazer bem as duas coisas. A hierarquia entre eles não era absoluta nem essencial, como era no espaço privado, mas contingente: um bom cidadão poderia estar temporariamente como mandante/governante, e em outros momentos, como governado, destinado a obedecer.

A autoridade exercida entre homens livres, a autoridade política, apontaria, inclusive, para a importância de haver alternância de poder e assim, mandar e obedecer entre homens livres seriam atitudes semelhantes, ou melhor dizendo, não existiria uma sem a outra.

Haveria, portanto, uma paridade entre os cidadãos (homens!) livres que poderiam desfrutar de um lugar superior para tomar decisões nos assuntos da *polis*, e revezar momentos de obediência e de comando sem que isso prejudicasse sua superioridade em relação aos não-cidadãos. Quando a cidade emerge na igualdade entre esses sujeitos e na semelhança entre eles, cada um tem o direito de “prática da autoridade por sua vez” (Aristóteles, 2004, p. 89).

Nas relações desiguais (no espaço privado) é mais fácil localizar a autoridade, mas no âmbito público, todos teriam os mesmos direitos de mandar e obedecer, e assim, a autoridade

ficaria dissolvida nas relações, e muito mais difícil de ser identificada, visto que não ficaria associada a uma só figura.

O perigo desta situação idealizada, na qual os cidadãos livres podem, em tese, governar de forma democrática, alternando o poder, é o de que, em um determinado momento, uns queiram tomar o lugar de autoridade e perpetuar esse exercício de domínio. Embora tenha falado sobre o princípio que deveria reger a alternância de poder, Aristóteles (2004) também buscou construir um conceito de autoridade entre governantes e governados. Para ele, os governantes, como peritos nos assuntos humanos seriam, de algum modo, superiores aos governados e, além disso, os primeiros sempre seriam mais velhos que os segundos. Neste sentido, colocou as gerações mais velhas como destinadas a governar e as mais novas a serem governadas.

Este fato parece configurar-se como uma ambivalência conceitual, posto que a suposta igualdade política apontada por Aristóteles (2004) seria suprimida quando as categorias governantes/governados se configurassem de forma cristalizada. Ou seja, o deslocamento do que se entendia por revezamento de poder – igualdade entre os cidadãos que exerciam funções ou ocupavam lugares diferentes em diferentes momentos – para agrupamentos pré-definidos (governantes ou governados) acabava por associar a autoridade à figura dos governantes, tirando dos governados o direito de também mandar, fazer-se obedecer e tomar decisões. Ainda quando traz a idéia de que os governantes são representantes de gerações mais velhas, retira das novas qualquer possibilidade de exercer o governo.

Aristóteles reconhece que de modo “natural” o homem seria mais destinado a mandar que a mulher, assim como o sujeito mais velho é “mais perfeito para ter autoridade sobre o ser incompleto e mais jovem” (Aristóteles, 2004, p. 31). Assim, é indiscutível para ele a autoridade do pai visto que este governa “com amor”, pois possui “preeminência da idade que são caracteres distintivos da autoridade real” (p. 32).

Aristóteles (2004) e Hannah Arendt (2005) podem se encontrar quando concordam que os pais são naturalmente superiores aos filhos, assim como os mestres a seus alunos. Mas, para Arendt, colocar na relação governante/governados uma diferença de gerações ou de idades faz com que a relação política (entre iguais) seja confundida com uma relação educacional. Não seria uma situação válida na *pólis*, pois, a relação entre crianças/jovens e adultos é educacional em sua “origem” e, nessa situação, os mais velhos apenas estão preparando os jovens para serem futuros governantes. Não é, portanto, uma relação de autoridade entre iguais, pautada num rodízio de poder.

Para Arendt (2005), retirar exemplos de autoridade dos espaços privados só servia para reforçar a proximidade deste conceito ao de tirania, pois os chefes de família não governavam suas esposas, filhos e escravos como tiranos? Como um despota, impossibilitava aos mesmos qualquer expressão de liberdade. Como chefes-tiranos governando os demais membros da vida doméstica, a autoridade era confundida com

despotismo, excluindo assim a voz dos “súditos” (crianças, escravos e mulheres).

Além disso, vale lembrar que a própria Arendt (2005) não acreditava que as relações pautadas em uma hierarquia pudesse engendrar qualquer tipo de construção política. Assim, definitivamente, os espaços domésticos e escolares não seriam lugares propícios para “encontrar a autoridade que ela tanto procurava”. Para ela, a autoridade vista numa perspectiva política só pode ser exercida entre sujeitos iguais que se encontram para discutir e agir paritariamente. Outro sinal de falha da autoridade seria a tentativa de persuadir o outro para alcançar seus interesses – persuasão e coerção demonstrariam que a autoridade foi deixada de lado.

Também Platão (2006) não conseguia acreditar que a persuasão fosse suficiente para guiar os homens, tampouco o uso da violência. A busca por uma relação legítima de autoridade levou Platão a observar modelos baseados em relações já existentes – pastor-ovelhas, médico-paciente, – relações nas quais o conhecimento especializado infundisse confiança dos subordinados em relação aos chefes. Como vimos, uma das definições da palavra autoridade, estaria ligada à competência e prestígio, a um conhecimento acumulado sobre certo assunto. O filósofo buscou, assim, compreender o que acontecia nas relações nas quais um dos sujeitos é perito em algum assunto e o outro é o aprendiz. Nessas situações, o fato de saber muito sobre um assunto deixaria o indivíduo em uma posição de autoridade hierarquicamente superior ao outro. No caso do governante, diz Platão, teríamos um especialista em assuntos humanos.

Arendt (2005), recorrentemente, aponta como inconsistentes os argumentos de Platão e Aristóteles para a construção de um conceito legítimo de autoridade. Isso porque sempre buscavam as bases desse conceito no terreno privado, o que não seria válido no domínio público.

Podemos aqui, fazer a distinção entre duas expressões da autoridade em Hannah Arendt (2005). Uma seria completamente ligada à hierarquia e superioridade “natural” entre adultos e crianças, sobre a qual Arendt não tem muito interesse, por considerá-la não-política ou pré-política. A outra seria a expressão da autoridade entre sujeitos iguais – politicamente aptos para decidir os assuntos comuns. De acordo com essa segunda forma de manifestação da autoridade, podemos concluir que não é necessário que haja uma relação de força ou superioridade (hierarquia), tampouco de persuasão, uma vez que a base de seu exercício é o revezamento do poder. Ou seja, a autoridade “ideal” – se podemos inferir assim – seria uma autoridade construída entre sujeitos iguais sofrendo uma forma de rodízio na qual todos poderiam, estratégicamente, em momentos alternados, ocupar um lugar de poder. Assim, a autoridade poderia conviver com a noção de hierarquia, mas não da forma pré-estabelecida como aconteceria nos espaços privados. A hierarquia seria apenas, nesse sentido, uma forma estratégica de organização das relações entre os sujeitos no espaço público. Mesmo sendo iguais, ou seja, tendo as mesmas possibilidades de ter autoridade

(fazer-se obedecer, tomar decisões), ocupariam lugares distintos em certos momentos, não seria uma posição ocupada para sempre, apenas temporariamente. Seria uma igualdade de condições associada, simultaneamente, a uma diferenciação de posições. Talvez se possa dizer que essa seja uma autoridade horizontal, na qual todos os sujeitos considerados politicamente iguais para Arendt (2005), estariam igualmente aptos a ocupar esse lugar legítimo. Essa sim, seria uma forma de expressão política da autoridade que estaria fora dos espaços da família e da escola.

Arendt (2005) não considerava que crianças e jovens tivessem qualquer possibilidade de participação política, pois estariam em um nível inferior ao de seus pais e professores e não teriam condições de tomar decisões ou de participar de forma mais efetiva nos assuntos da *pólis*. Embora concorde com Aristóteles que a autoridade é necessária entre adultos e crianças, a autora vê neste exercício de autoridade algo limitado e irrelevante do ponto de vista político, mas apenas ligado à educação. “Em educação lidamos com pessoas que não podem ainda ser admitidas na política e na igualdade por estarem sendo preparadas para elas” (Arendt, 2005, p. 160). Crianças e jovens seriam então um *vir a ser*, pois, só quando chegassem à vida adulta poderiam participar ativamente da vida coletiva e dos assuntos comuns.

Assim, do ponto de vista arenditiano, e por uma perspectiva da filosofia clássica, a autoridade estaria sempre ligada à hierarquia, quando exercida por sujeitos de natureza diferentes. Especificamente falando, seriam as relações de autoridade entre adultos (pais e professores) e crianças, que necessitariam, desde o nascimento, de figuras de referência para sua boa preparação para o mundo. Neste sentido, a autoridade garantiria não apenas a convivência harmoniosa entre diferentes, mas também que aquele que é mais capaz e mais preparado tome a seu cargo a responsabilidade daqueles que ainda não têm o entendimento mais completo sobre o mundo. A partir dessas análises, podemos constatar como a questão da autoridade está também enredada na discussão sobre o poder: saber mais coloca um em posição superior a outro e lhe traz a prerrogativa de controlá-lo. O que sabe menos, o mais inexperiente, deve obedecer e deixar-se conduzir pelo que tem autoridade, mas que também tem poder que dela deriva. A autoridade torna o indivíduo mais poderoso, podendo controlar a vida dos outros e designar o que devem fazer.

Autoridade e poder: da obediência ao senhor aos engendramentos subjetivos nas “redes produtivas” do poder

Se parece evidente que uma situação vivida nos espaços privados está pautada na autoridade que se liga à hierarquia “natural”, nos espaços públicos deveria haver uma forma de regulação das relações que provocasse a alternância de poder e que não o perpetuasse na figura de uma mesma pessoa ou grupo.

É Foucault quem vai debruçar-se sobre a questão do poder na Modernidade, não mais como atributo de sujeitos,

mas como dispositivo que é acionado nas relações sociais. A primeira preocupação do autor é, então, desvincular o poder de sujeitos específicos. O poder é compreendido como uma “rede produtiva” que atravessa o campo social como um todo e não apenas acionado como uma força para reprimir. O poder seria um constante desdobramento de relações de força cujos efeitos não se constituem como algo apenas negativo, pois, se assim fosse, não existiria a sujeição. O poder seria algo, portanto, da ordem da produção de saberes, de discursos e de objetos que se estabelecem como verdade e assim são aceitos:

o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saberes, produz discursos. (Foucault, 1979/2000, p. 8)

Esse processo de exercício de poder aconteceria em forma reticular, ou seja, o poder só pode ser explicado se for exercido em rede. Assim, os sujeitos estariam sempre em posição de exercer o poder e sofrer sua ação, sendo sempre centros de transmissão. O poder passa pelos sujeitos, e esses são também seus efeitos, o que significa que ele se dá sempre através de relações de força. Poder e força andariam juntos, e de acordo com a expressão mais ou menos forte de poder em uma relação, haveria a sobreposição de um saber sobre os demais. Essa relação de poder exercido pela força se caracterizaria pelo confronto e seria eminentemente política. É por isso que Foucault chega a dizer que “política é a guerra prolongada por outros meios” (Foucault, 1979/2000, p. 176).

Foucault afirmava que o poder não deveria ser visto apenas na perspectiva negativa da repressão, uma vez que ele produz modos de viver e perceber as coisas do mundo, e é algo da ordem do humano. Entretanto, aponta que, muitas vezes o poder que cria verdades é o mesmo que impossibilita a emergência de outras possíveis vozes e, sendo assim, se torna opressor. Também Derrida (1994/2007), quando se refere a Pascal, acerca de suas idéias sobre força e justiça, diz que a força pode ou não estar ao lado da justiça, e assim, trazer justiça ou opressão para aqueles a quem se destina. Segundo Pascal, só aquilo que é justo e forte deve ser seguido, pois:

a justiça sem força é impotente; a força sem justiça é tirânica. A justiça sem força será contestada porque sempre há homens maus; a força sem a justiça será acusada. É preciso, pois, reunir a justiça e a força; dessa forma fazer com que aquilo o que é justo seja forte e aquilo que é forte seja justo. (Pascal, 1670/1982, p. 117)

Pascal (1670/1982) acrescenta que a justiça é sempre sujeita a disputas, uma vez que é algo da ordem do incalculável, do contingencial. Já a força é bem mais facilmente reconhecível e quem acaba definindo aquilo que será justo.

Com essa afirmação, parece dizer que a característica de ser forte seria algo pré-determinado nos seres humanos. Ou seja, sendo forte “por natureza” é possível colocar-se do lado da justiça ou de uma justiça que assim se vale por estar ao lado da força. No entanto, dependendo de quem é o ocupante do lugar da força, também a justiça irá variar, podendo voltar-se para o bem de todos ou para o bem de uma só pessoa, ou de um pequeno grupo privilegiado. Pascal também afirma que aquilo que é justo se constituiu como tal por uma questão de hábito, e não por ser justo em si mesmo.

Foucault (1979/2000) questiona a relação tácita entre poder e opressão, e propõe que, em primeiro lugar, não nos coloquemos como portadores de verdades universais, mas que possamos compreender que as verdades são contingenciais e, portanto, provisórias. De acordo com este autor, para estarmos ao lado da “verdade” – “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos do poder” (p. 13) – é preciso que percebemos que nossa atuação produz efeitos, e que é possível mudar o regime de produção de verdades se este for considerado injusto e opressor. Seguindo esse pensamento, podemos concluir que todos somos capazes de produzir/reproduzir tanto situações injustas e de extrema desigualdade como criar uma história que amplia a escuta de múltiplas vozes e que se constrói com bases na inclusão de saberes e formas de pensar diversas.

Foucault (1979/2000) buscou uma forma de compreender como se dava o processo de transmissão do poder que por sua vez levava à sujeição. Falava sobre um poder que, mais especificamente a partir da Modernidade, começou a ser representado pelo saber, ou seja, não seria um poder exercido através da violência física, mas por um saber, supostamente superior ao dos outros que, por um engendramento histórico, se constituiu como verdadeiro.

Nas sociedades de soberania (Foucault, 1999), a figura que representava o poder maior – o soberano – exercia seu poder constantemente através de um processo de reatualização periódica desse poder, demonstrando sua força através dos suplicios aplicados aos sujeitos. A autoridade estava centralizada em figuras bem visíveis e sua força era clara para todos. Na modernidade, a autoridade se constituiu como aliada da ciência, que passou a dar as explicações sobre os acontecimentos e ser a grande representante da verdade e, por conseguinte, se constituiu também como representante do poder. Poder ligado ao saber, saber que se pautava em uma nova forma de entender o mundo – sob as regras da racionalidade científica.

Foi assim que as sociedades de soberania começaram a dar lugar à sociedade disciplinar, e também a autoridade dos reis e da religião católica começou a sofrer um deslocamento para a área do saber científico. A sociedade disciplinar estava ligada às novas formas de punição sobre os possíveis sujeitos desviantes. Se antes as leis incidiam direto sobre o corpo dos criminosos para que todos pudesse ver os seus efeitos, na Modernidade, o controle passou a acontecer de forma mais

sutil, efetuado por uma série de outros poderes paralelos: as instituições pedagógicas, as médicas, as psiquiátricas, dentre outras. O controle incidiria também sobre as possíveis deformações de caráter e, virtualmente, sobre os desvios sociais.

As sociedades disciplinares se ligam a um duplo sentido: estão tanto relacionadas à disciplina do corpo – aquilo que se pode ou não fazer – quanto à idéia de disciplinas científicas que começam a se constituir. Nesta perspectiva, as disciplinas, principalmente aquelas ligadas às ciências humanas, se colocaram em um lugar de poder amparado pelo saber que, segundo Foucault (1999), foi construído a partir da observação dos sujeitos e transformado em um saber sobre os sujeitos, o que foi denominado por ele como um poder epistemológico. “Trata-se de um poder epistemológico, o poder de extrair dos indivíduos um saber e extrair um saber sobre esses indivíduos submetidos ao olhar, e que já estão controlados por esses diferentes poderes” (Foucault, 1999, p. 121).

Podemos inferir então que, a autoridade que durante toda a Idade Média esteve ligada ao poder dos reis e da igreja católica, posteriormente, sofreu um deslocamento para a ciência e para as disciplinas que a compunham, além, é claro, de começar a se ligar aos especialistas – representantes legítimos das disciplinas – e aos estabelecimentos educativos, hospitalares, prisões, dentre outros. A disciplina se constituiu como uma tecnologia que podia estar a cargo desses estabelecimentos e de seus representantes. A estrutura de poder para Foucault estaria diretamente relacionada a uma estrutura política, o que significa que todo o saber e o conjunto de verdades, determinariam uma relação de poder historicamente situada. Assim, quando a ciência ganha estatuto de verdade, adquire autoridade de falar sobre os fenômenos, em nosso caso, os fenômenos humanos.

Atualizando o pensamento de Foucault, Deleuze (1992) aponta para a sociedade contemporânea não se constituindo mais sobre uma base disciplinar, mas sim se caracterizando como sociedades de controle. O próprio Foucault sabia da brevidade do modelo disciplinar, posto que já visualizava as mudanças que aconteciam na sociedade de sua época.

Mas as disciplinas, por sua vez, também conheciam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra Mundial: sociedade disciplinar é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser. (Deleuze, 1992, p. 219)

Depois da II Guerra, o mundo ocidental começou a entrar em uma crise generalizada de todos os meios de confinamento, desde a prisão até mesmo a família que, de acordo com a visão deleuziana, é um interior em crise como qualquer outro (Deleuze, 1992). As sociedades de controle passaram a substituir as sociedades disciplinares, uma vez que, a partir de então, as formas de controle não estariam

somente ligadas aos estabelecimentos, mas se dariam ao ar livre. O funcionamento das sociedades de controle passava a ser pautado em um controle contínuo cuja representação máxima é a mass-midiatização. Na era da informática, da comunicação instantânea e da cibernetica não haveria mais um “dentro-fora” de estabelecimentos específicos, mas um controle fluido e constante.

Deleuze (1992) falava sobre as modulações para explicar essa nova forma de controle/poder distinto das sociedades disciplinares. É como se nas sociedades contemporâneas nada fosse estável, como se as coisas estivessem sempre em processo de mudança. Não existiriam mais os moldes fixos das sociedades disciplinares, mas modulações em constante mutação. Para Deleuze, alguns exemplos são marcantes para caracterizar isso que ele chama de poder de modulação contínua. De fábricas, teríamos agora as empresas, como se antes houvesse um corpo, algo palpável, e agora, somente uma alma, algo abstrato, difícil de ser discriminado. Haveria nas empresas muito mais rivalidade entre seus membros, e menos aquela visão anterior de que havia um chefe contra uma massa de funcionários. O prêmio por mérito é uma marca desses novos espaços de trabalho. A escola, por sua vez, seria substituída pela formação permanente, e o controle contínuo substituiria o exame.

As sociedades de controle estariam sendo constituídas com base na mass-mídia, nas imagens instantâneas, nos flashes, na informação rápida, no consumo de imagens e de, continuamente, novas tecnologias. São esses os mecanismos que, de maneira sutil, influenciam os indivíduos, agem sobre eles, produzem suas subjetividades. Pode-se dizer que as sociedades de controle se pautam também na idéia de obsolescência, ou seja, na descartabilidade dos bens de consumo, que também se estenderia para os modos de subjetivação. Assim, a tendência seria a troca constante de bens materiais e também de formas de ser e estar no mundo. Por esta nova mentalidade, o novo estaria ligado à idéia de melhor, o que faz com que a tradição e os seus representantes se coloquem como sinônimo de ultrapassados.

As noções de compra, venda e troca, intrinsecamente ligadas ao consumo, acabam por colocar o capital como o grande agenciador dos modos de pensar e agir. A economia se torna então a detentora do poder dizer o que deve ser feito no contemporâneo. Em outras palavras, a autoridade nas sociedades de controle estaria ligada à economia e aos setores de atividade a ela vinculados (*mass media*). O consumo de objetos estabeleceria um “regime de verdades” e de busca por aquilo que é considerado bom, que nas sociedades atuais está ligado à idéia de novidade. A autoridade no contemporâneo estaria, portanto, articulada à possibilidade de consumir sempre novos objetos e bens simbólicos. Neste sentido, os sujeitos estariam sendo engendrados nas “redes produtivas” da cultura de consumo que os submetem na medida em que fazem valer as crenças de como devemos ser e agir.

Autoridade e fundação: o mito de um início gerador de sentido para a história humana

Outra compreensão sobre autoridade é aquela que articula com a idéia de um começo, de uma origem que dá ao desenrolar histórico um sentido, uma significação. Arendt (2005) deixou evidente duas manifestações distintas da autoridade. A primeira ligada à hierarquia entre sujeitos diferentes e, portanto, relacionada à situação privada. A segunda voltada para uma relação entre iguais no espaço público e, portanto, baseada em um revezamento de poder. Para além dessas duas expressões da autoridade, Arendt (2005) procurou outras expressões do direito, ou poder, de fazer-se obedecer, de dar ordens, de tomar decisões. Foi através do conceito de fundação, trazido pelos romanos, que vislumbrou a possibilidade de pensarmos a autoridade sob uma perspectiva política e não mais ligada às relações “naturais” de hierarquia e, consequentemente, educacionais.

A fundação traz o mito de um começo, de uma origem, aqueles que o tivessem vivido teriam, por mérito, autoridade sobre os que viesssem depois. Essa autoridade os colocaria em uma posição diferenciada e superior. As relações hierárquicas de autoridade só poderiam invocar legitimidade se tivessem baseadas sobre a experiência de um suposto começo. Assim, os mais novos deveriam ver os mais velhos como exemplos, como porta vozes de uma história inicial, de um começo ao qual eles não teriam acesso, senão por essa referência.

Os romanos pautaram a idéia de autoridade na noção de fundação – fundar algo novo que ficaria como herança para as gerações futuras. Entendemos fundação como sendo a criação de bens, obras e objetos concretos, mas, principalmente de valores, crenças e formas de ser e pensar. Tais bens, obras, objetos, valores, crenças constituiriam aquilo que Arendt (2005) chamou de tradição, que guardaria todo o acervo de vida dos antepassados e deveria ser tomado como base para as ações da geração presente e como garantia do que viria no futuro.

Pela definição da palavra autoridade, vimos que vem do latim *auctoritate* que quer dizer direito ou poder de fazer-se obedecer, tomar decisões, agir, fazer respeitar as leis. Também pode ser analisada como derivada de *augere*, que significa aumentar. Sendo assim, quem teria autoridade seriam aquelas pessoas responsáveis por fazer aumentar ou perpetuar aquilo que os antigos haviam criado. Dito de outra forma, autoridade seria aumentar os domínios da tradição, o sujeito tenderia a crescer como autor, como construtor de algo novo, porém voltado ao passado já herdado. A autoridade estava nas mãos dos anciões, aqueles que haviam participado do momento histórico de fundação da cidade. Esses seriam os autores da obra – os que deixaram essa herança para seus descendentes. A tradição, portanto, preservava o passado, legando de uma geração à outra o testemunho dos antepassados, enquanto a tradição fosse ininterrupta, a autoridade estaria intacta.

A tradição romana, juntamente com o pensamento grego, ganhou continuidade com a religião católica. Santo

Agostinho é considerado o filósofo que revisitou os ensinamentos de Platão e vinculou a filosofia grega aos dogmas cristãos. Podemos dizer que Agostinho foi o amálgama filosófico entre a Antiguidade e a religião católica da Idade Média (Santo Agostinho, 1996).

São Tomás de Aquino (conforme citado por Pegoraro, 2006) colocava em Deus toda responsabilidade em transferir sua autoridade aos homens. Deus daria aos pais o poder biológico de educar seus filhos; ao Papa, o poder de guiar a religião; e à igreja, o direito de ditar as leis da sociedade repartindo o poder com as autoridades eclesiásticas, os principes e os governantes. A autoridade surgia de um desígnio divino. Os escolhidos por Deus estariam assim investidos de uma autoridade transcendente. A igreja, de certa forma, (re)fundou o pensamento romano de autoridade pautado na tradição e, com isso, garantiu a durabilidade de seus valores e idéias por muitos séculos, perpetuando o mito de uma origem. Também trouxe a filosofia clássica grega, mas especificamente de Platão, para guiar suas concepções de separação entre o mundo dos homens e o mundo das idéias, além de suas explicações transcendentais para os assuntos humanos.

Na medida em que a Igreja Católica incorporou a filosofia grega à estrutura de suas doutrinas e crenças dogmáticas, ela amalgamou o conceito político romano de autoridade, que era inevitavelmente baseado em um início, à noção grega de medidas e regras transcendentais. (Arendt, 2005, p. 170)

Durante toda a Idade Média, o temor a Deus e o medo gerado pelos castigos futuros colaboraram para que a autoridade da igreja, juntamente com o poder dos reis, se mantivesse intocável pelos séculos que precederam à era moderna. Antes que a ciência tomasse a frente das explicações sobre as coisas da vida, a igreja pautava suas explicações em valores transcendentais e, por isso, baseados na fé. A autoridade da igreja estava pautada em um poder político, junto à realeza medieval, e em um poder transcendente – ligado aos poderes sobrenaturais de Deus.

Mas foi na Modernidade, e com mais força no contemporâneo, que a verdade passou a não ser mais buscada pela via da contemplação. Por outro lado, o papel ativo do sujeito na construção da realidade tomou lugar de destaque. A noção de origem de todas as coisas passou a ser questionada pelo fato de que o sujeito se tornara mais ativo em seu processo de vida, e em sua própria história não havia mais espaço para a busca de um começo, de uma essência humana.

Mostrando que há diferenças entre os conceitos de indivíduo e produção de subjetividade, Guattari e Rolnik (1999) deslocam a visão de sujeito e de história baseados em uma origem para trazer uma nova forma de olhar a realidade. Sujeitos e objetos, formas de expressão, verdades e crenças, seriam produzidas historicamente e, por isso, não existiriam em si. Para os autores, haveria uma diferença crucial entre a individuação corporal de cada pessoa e a multiplicidade de

agenciamentos de subjetivação. Isso quer dizer que a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada pelo social. Mesmo que o indivíduo sempre exista, ele se configuraria como um terminal de computador. “Esse terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade. Ele consome sistemas de representação, de sensibilidade, etc. – sistemas que não têm nada a ver com categorias naturais universais” (Guattari & Rolnik, 1999, p. 32).

Dessa maneira, seríamos produto e produtores de subjetividade. Não haveria mais como afirmar que só repetimos modelos de gerações passadas e que estariamos sempre voltados para uma origem, ou que os objetos e formas de ser e pensar seriam naturais e eternas. Ao contrário, pela produção de subjetividade, somos nós que recebemos e/ou consumimos formas inventadas de perceber a realidade.

Guattari e Rolnik (1999) acrescentam que é possível então que os indivíduos vivam sua subjetividade oscilando entre dois extremos: ou em uma relação de alienação e opressão, se estão submetidos a agenciamentos tal como os recebem, ou em uma relação de expressão e criação na qual se reapropriam daquilo que recebem e, consequentemente, produzem coisas novas. É o que os autores chamaram de processo de singularização.

A ameaça de que vivemos um esquecimento do que passou, da história e da tradição acaba por relacionar-se a uma perda da noção de fundamento do mundo. O que faz cair por terra o mito de que houve um começo, e de que alguém podia ter autoridade sobre esse início e perpetuá-lo. Em que podemos nos apegar agora, se não há uma referência certa, indubitável, e se tudo passa a ser relativo ao contexto, à história, ao momento? Em que acreditar se a visão tradicional de homem e de verdade vem perdendo seu lugar?

Uma verdade que escapa, que só aparece *em relação a*, e não mais *em si*, somada à noção de que o homem é iniciador de processos, faz com que olhemos para a realidade como mutável, passível de transformações constantes. Neste contexto, a autoridade tende a perder força, pois não encontra mais nada em que se fundamentar ou não é mais fundamento de nada. Sem começo, sem tradição, sem religião, ficamos desamparados. Desamparados e com grande tendência a acreditar que tudo o que se refere às relações humanas, suas ações e afecções, ao contrário de ter uma origem ou verdade dada e eterna, são parte de construções contingenciais.

Jacques Derrida (1994/2007) em um texto destinado a debater a questão do direito e da justiça pelo viés da desconstrução, nos ajuda a pensar sobre o conceito de fundação. Refletindo sobre o que poderia ser o “fundamento místico da autoridade” (Montaigne, 1972) diz que este é sempre pautado em um golpe de força. Isto é, qualquer que seja o ato de fundar novas leis, inaugurar uma nova forma de vida seria algo datado, historicamente construído e, por isso mesmo, uma interpretação, uma posição arbitrária e, por conseguinte, violenta. Não que isso seja considerado como injusto ou justo, apenas seria um poder performativo de fundação.

Ora, a operação de fundar, inaugurar, justificar o direito, fazer a lei consistiria num golpe de força, numa violência performativa e, portanto interpretativa que, nela mesma, não é justa, nem injusta, e que, nenhuma justiça, nenhum direito prévio e anteriormente fundador, nenhuma fundação pré-existente, por definição, poderia nem garantir nem contradizer nem invalidar. (Derrida, 1994/2007, p. 24)

Diferente do conceito de fundação que Arendt (2005) tomou da história de Roma como algo essencial para a perpetuação de todo o arcabouço simbólico para as civilizações descendentes, o ato de fundar em Derrida (1994/2007) seria como rasgar a história através de uma decisão que instaura algo novo. Com isso, está trazendo o seu conceito de desconstrução que seria a possibilidade de que o homem tem de reorganizar suas regras e leis a partir de si mesmo e do momento vivido. Ou seja, quando fala de direito e justiça, aponta para o primeiro como algo que se estrutura para guiar um Estado, um grupo, uma comunidade – seria a lei que traria a idéia de uma suposta permanência. Já a justiça seria aquilo que colocaria em questão as próprias leis do direito de acordo com a situação a ser avaliada. Neste sentido seria fundamental que existisse o direito – ele próprio (re)fundado historicamente – para que a justiça pudesse ter de onde partir, para então romper com as leis do direito. A justiça seria uma “experiência do impossível”, pois é aquilo que se dá em ato, não em essência, e aconteceria em casos específicos. Entretanto, é preciso que haja uma lei de onde se possa partir, uma decisão justa deve ser “ao mesmo tempo regrada e sem regras, conservadora da lei e suficientemente destruidora ou suspensiva da lei para dever reinventá-la pelo menos na reafirmação e na confirmação nova e livre de seu princípio” (Derrida, 1994 /2007, p. 44). Não é possível, portanto, falar se uma pessoa é, ou não, justa, mas se agiu com justiça, o que marca o seu caráter provisório.

Assim, ao falar sobre o fundamento místico da autoridade, Derrida (1994/2007) aponta para o fato de que, segundo este conceito, tudo, inclusive a justiça e a autoridade seriam provisórias. Neste caso, o fundamento da autoridade seria místico, alegórico e, portanto, arbitrário e não essencial, não eterno e não universal. Nossa tendência em acreditar nas leis não repousa no fato de que elas sejam justas, mas sim de que têm autoridade; porque trazem com elas o crédito que a elas é concedido. Seria um ato de fé. Segundo esse pensamento, nós teríamos necessidade de estarmos constantemente criando artifícios – as regras sociais de convívio – para suprir o que a natureza não foi capaz de nos dar como herança. Haveria a necessidade de sempre estarmos fazendo um “acréscimo de ficção” à natureza

Diferentemente da análise de Arendt (2005) sobre a idéia de fundação como herança para os povos que vieram depois de Roma, podemos pensar que existiriam atos fundadores que “rasgam a História” trazendo sempre novos

começos, condições de possibilidade de criação de processos diferentes, mas igualmente válidos. O fundamento místico de autoridade apontado por Derrida, nos mostra que, embora não seja uma verdade universal e eterna, temos, enquanto humanos, a necessidade de criarmos meios de regulação social, esse acréscimo de ficção à natureza para podermos viver em sociedade.

Embora acreditasse que só uma autoridade ligada à idéia de um começo (fundação) poderia ser legítima e, logo, política, Arendt (2005) traz, em textos mais recentes, a idéia de novos começos, quando fala sobre o conceito de natalidade. Este conceito tem relação com a idéia de imprevisibilidade que, por sua vez, liga-se à novidade, ao início das coisas. Sobre isso nos fala Honig (1993), quando traz alguns argumentos relativos à idéia de fundação. Como uma comentadora de Arendt, Honig amplia sua discussão e traz vozes de outros autores sobre esse conceito. É de Nietzsche e de Arendt que essa autora mostra a idéia de fundação como possibilidade de construção de novos começos. Fundar coisas novas seria a principal característica do ser humano. Tal característica só surgiria através da ação, e tirar a importância disto seria ameaçar a diversidade, a pluralidade e a liberdade. Para ambos, não existe o “eu essência”, pois não há um ser antes do fazer. O “eu” é visto como multiplicidade e como fonte de poder e energia. Agindo, o homem e a mulher (e para nós, também a criança) poderiam expressar-se, mostrar quem são e aparecer no mundo humano.

Um segundo nascimento, não mais restrito ao mundo privado das relações familiares, mas um nascimento no terreno público. Esse princípio da natalidade – capacidade humana de recomeçar – está diretamente ligado ao princípio da ação, que se manifesta no agir, no falar e também no escrever.

Atualmente, nos parece difícil exercer essa capacidade humana de construir, preservar e tomar conta do mundo que veio antes de nós e que precisa ser mantido para aqueles que virão depois. Isso quer dizer que é da responsabilidade dos homens e mulheres construir novas formas de autoridade que possam sustentar as relações humanas na contemporaneidade. Essa construção pode acontecer se encararmos a autoridade como algo que se constitui nas relações intersubjetivas. Ou seja, não é algo que pode ser de propriedade de um grupo ou de uma pessoa apenas, mas constituído a partir das relações. Além disso, é necessário que existam leis que, mesmo que possam ser reconstruídas, existam para além de qualquer sujeito. Em outras palavras, a lei deve existir para todos igualmente, independente da posição que possam ocupar. Mas, de quem será a responsabilidade por se fazer cumprir as leis – mesmo que não eternas – ou quem ocupará o lugar de tomar decisões, agir e fazer obedecer, sem que sejam reforçadas atitudes coercitivas e violentas?

Não consideramos pertinente buscar uma autoridade que “se perdeu”, recuperar uma ordem mundial que se esvai nos tempos contemporâneos, tampouco acreditamos que tudo vai bem e que possa ficar como está. Expressões

de autoridade marcadas pelo autoritarismo – coerção e violência – a cada dia causam mais rejeição e desejo de serem abolidas. Ao mesmo tempo, entre os sujeitos, é necessário que se pense em novas formas de regulação e de organização para que se construa uma sociedade mais justa para todos. E se pensarmos nas relações intergeracionais, isso se torna ainda mais necessário, posto que a suposta superioridade do adulto em relação às crianças – construída historicamente e fortalecida por critérios evolutivos – seria outro impedimento para que se estabeleçam relações mais igualitárias.

A relação entre hierarquia e autoridade tem, nos dias de hoje, se configurado como um problema, ou parece não haver mais uma ligação necessária entre ambas. Talvez o fato de o adulto estar em um nível de desenvolvimento “mais completo” do que a criança, não seja suficiente para que ele esteja investido de uma autoridade legítima. Afinal, o que vem a ser “completo” ou “incompleto” hoje, diferentemente do que pensou Aristóteles (2004)? De alguma forma, a visão evolucionista do ser humano não pode dar conta das vicissitudes que emergem nas relações intergeracionais no mundo atual. Por outro lado, percebemos que os adultos devem sim, posicionar-se diante das crianças com o objetivo de, no mínimo, protegê-las e apresentá-las a um mundo que já existia antes delas chegarem. Defendemos, portanto, que os adultos se mostrem disponíveis para assumir o lugar de uma autoridade que se ligue à responsabilidade pelas crianças e jovens – acolhendo o que trazem de novidade e, ao mesmo tempo, colocando-se como referência para eles. Por outro lado, crianças e jovens também devem ser mobilizados a assumirem posições nessas relações. Segundo Pires e Branco (2007, p. 317), “Crianças e adultos assumirão responsabilidades diferentes (nem por isso necessariamente menos importantes) (...) desde o surgimento de uma idéia, sua discussão e realização”.

Isso significaria estabelecer um compromisso recíproco entre os sujeitos em nome de um mundo comum. Acreditamos que assim estariam vislumbrando algumas possibilidades de inclusão da criança e do jovem de maneira maisativa na construção da cultura em conjunto com as gerações mais velhas.

Referências

- Arendt, H. (2005). *Entre o passado e o futuro* (M. W. Barbosa, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Aristóteles. (2004). *A política* (T. Guimarães, Trad.). São Paulo: Martin Claret.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações* (P. P. Pelbart, Trad.). São Paulo: Ed. 34.
- Derrida, J. (2007). *Força da lei: O fundamento místico da autoridade* (L. P. Moisés, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1994)
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa* (3a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- Foucault, M. (1999). *A verdade e as formas jurídicas* (R. C. M. Machado & E. J. Morais, Trad.). Rio de Janeiro: Nau.
- Foucault, M. (2000). *Microfísica do poder* (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Graal. (Original publicado em 1979)
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1999). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Honig, B. (1993). *Political theory and the displacement of politics*. London: Cornell University Press.
- Montaigne. (1972). *Ensaios (Coleção Os Pensadores)*. Rio de Janeiro: Nova Cultural.
- Nietzsche, F. W. (2007). *Genealogia da moral* (J. J. Faria, Trad.). São Paulo: Centauro. (Original publicado em 1887)
- Pascal. (1982). *Pensamentos (Coleção Os pensadores)*. São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1670)
- Pegoraro, O. A. (2006). *Ética dos maiores mestres através da história*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pires, S. F. S., & Branco, A. U. (2007). Protagonismo infantil: Co-construindo significados em meio às práticas sociais [Versão eletrônica]. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17, 311-320. Recuperado em 28 novembro 2008, de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n38/v17n38a02.pdf>
- Platão. (2006). *A república ou da justiça* (B. E. Bauru, Trad.). São Paulo: Edipro.
- Santo Agostinho. (1996). *Confissões (Coleção Os Pensadores)*. São Paulo: Nova Cultural.

Maria Carmen Euler Torres é doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista CAPES.

Lucia Rabello de Castro é Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, campus da Praia Vermelha.

Recebido: 15/05/2008

1ª revisão: 30/10/2008

2ª revisão: 10/12/2008

Aceite final: 08/01/2009